Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.676.772/0001-83, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **exercício ou semestre** findo em **31 de dezembro de 2022**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020.

- 1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:
 - Relatório da Administração;
 - Relatório dos Auditores Independentes;
 - Balanço Patrimonial;
 - Demonstração do Resultado;
 - Demonstração do Resultado Abrangente;
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto;
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.
- 2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia 29 de março de 2023 no sítio eletrônico:

https://www.credifit.com.br/transparencia.html

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,	
Eduardo Sorensen Diretor	REINALDO DANTAS Contador CRC-1SP110330/O-6
Marcelo Teixeira Amado Diretor	

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022

MPMJ/AFMF/JN/EA/JCO 1098/23

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

A Credifit iniciou suas atividades em 04 de novembro de 2020 com um propósito de oferecer uma nova experiência na oferta de crédito ao mercado, especialmente no segmento de crédito consignado privado.

A tecnologia e a inovação estão mudando a forma como as pessoas se relacionam com as empresas. No segmento bancário, as "fintechs" têm sido responsáveis por movimentos disruptivos, seja na administração de finanças e acesso a crédito, seja em relação à gestão de ativos e realização de investimentos.

Obtivemos a autorização de funcionamento pelo BACEN em 28 de setembro de 2020, após 11 meses da protocolização do pleito, tendo realizado as primeiras operações no final de 2020, após a abertura da empresa e cumprimento de exigências do órgão regulador.

Na Credifit SCD, o ano de 2020 foi marcado por esforços intensos no desenvolvimento de nossa plataforma de negócios, que permitiram a realização de transações e testes.

No ano de 2021, a Credifit reforçou seu quadro de pessoal, além de sistemas de integração com o Banco Central, trazendo maior complexidade na estrutura de custos, e com isto, necessidade de aumentar o nível de faturamento, algo que foi atingido com sucesso.

Já em 2022 apresentou um aumento significativo no faturamento e resultado líquido em relação ao de 2021, demonstrando que a Credifit, apesar de ser uma empresa recentemente criada, já está se consolidando no mercado.

Investimentos estão sendo realizados nas áreas de pessoal, processos e sistemas. Adicionalmente, novos produtos e funcionalidades aos usuários estão sendo desenvolvidos, de forma a melhorar a experiência e permitir o crescimento sustentável e lucrativo. O principal investimento em 2022 foi relacionado ao desenvolvimento da conta digital da Credifit a ser lançada em 2023, com foco na otimização das operações de crédito já realizadas, bem como no lançamento de novos produtos aos clientes.

Também cabe destacar o processo de homologação no SPI/PIX como participante direto, que deve ser concluído no 1º trimestre de 2023.

Acreditamos que os processos internos estão cada vez mais maduros e conseguiremos escalar ainda mais as operações no curto/médio prazo, beneficiando nossos clientes, colaboradores, acionistas e, principalmente, a economia local nas regiões de atividade da Credifit.

Credifit, crédito rápido, do tamanho certo.



Av. Tancredo Neves, 2539 Torre Nova Iorque, 14º andar, Caminho das Árvores Salvador, BA - Brasil - 41820-021



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do **Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.** Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("**Sociedade"**) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de março de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 21 de março de 2023.

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Manuel Perez Martinez Júnior Contador CRC 1 BA 025458/0-0

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL

Fm 31	da	dezembro	dΔ	2022	a 2021
	uc	UEZEIIIDIO	uc	2022	C 2021

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		1.046	1.649
DISPONIBILIDADES	3	620	1.354
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		378	245
Títulos e valores mobiliários	4	2	168
Operações de crédito	5	376	77
OUTROS ATIVOS	6	48	50
Outros créditos - Diversos	_	33	50
Despesas antecipadas		15	-
NÃO CIRCULANTE		1.488	133
	-	54	40
IMOBILIZADO DE USO	7	34	10
IMOBILIZADO DE USO Outras imobilizações de uso	, _	61	10 11
	7 _		
Outras imobilizações de uso	8	61	11
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)	_	61 (7)	11 (1)
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas) INTANGÍVEL	_	61 (7) 1.434	11 (1) 123

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		537	127
OUTROS PASSIVOS		537	127
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	9.1	71	61
Sociais e estatutárias	9.2	122	11
Fiscais e previdenciárias	9.3	300	32
Diversas	9.4	44	23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.997	1.655
Capital:	10.1	1.600	1.600
De Domiciliados no país		1.600	1.600
Reservas de lucros	10.2	397	55
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.534	1.782

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-22	2022	2021
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		183	356	159
Operações de crédito		183	354	152
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	2	7
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(27)	(39)	(1)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(27)	(39)	(1)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	12	156	317	158
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		446	453	(100)
Receitas de prestação de serviços		567	1.022	309
Despesas de pessoal	14	(281)	(522)	(266)
Outras despesas administrativas	15	(782)	(1.507)	(776)
Despesas tributárias		(160)	(297)	(144)
Outras receitas operacionais	17	1.122	1.784	`806 [°]
Outras despesas operacionais		(20)	(27)	(29)
RESULTADO OPERACIONAL		602	770	58
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO				
E PARTICIPAÇÕES		602	770	58
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	(206)	(255)	(14)
Provisão para imposto de renda		(148)	(181)	(9)
Provisão para contribuição Social		(58)	(74)	(5)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCICIO		396	515	44
№ de ações		1.600.000	1.600.000	1.600.000
Lucro/(Prejuízo) por açãoR\$		0,248	0,322	0,028

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

stre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			Valores em R\$ 1.	
	2º-SEM-22	2022	2021	
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	396	515	44	
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	396	515	44	

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/22	1.600	4	51	119	1.774
Lucro líquido do semestre	-	-	-	396	396
Destinações:	-	25	317	(515)	(173)
Dividendos propostos	-	-	(51)	(122)	(173)
Reserva Legal/Estatutária	-	25	-	(25)	-
Reserva especial de lucros	-	-	368	(368)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/22	1.600	29	368	-	1.997
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	25	317	(119)	223

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	1.600	4	51	-	1.655
Lucro líquido do exercício	-	-	-	515	515
Destinações:	-	25	317	(515)	(173)
Dividendos propostos	-	-	(51)	(122)	(173)
Reserva Legal/Estatutária	-	25	-	(25)	-
Reserva especial de lucros	-	-	368	(368)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	1.600	29	368	-	1.997
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	25	317	-	342

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	1.600	2	26	-	1.628
Dividendos intermediários	-	-	(6)	-	(6)
Prejuízo do exercício	-	-	-	44	44
Destinações:	-	2	31	(44)	(11)
Dividendos propostos	-	-	-	(11)	(11)
Reserva Legal/Estatutária	-	2	-	(2)	-
Reserva especial de lucros	-	-	31	(31)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	1.600	4	51	-	1.655
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	2	25	-	27

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 39.676.772/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-22	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre e exercício	396	515	44
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	6	10	3
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	27	39	1
Provisão de impostos no resultado	206	255	14
	635	819	62
Variação de Ativos e Obrigações	821	(126)	(209)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	799	(133)	(245)
(Aumento) redução de outros ativos	90	(37)	(13)
Aumento (redução) em outros passivos	(48)	94	110
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20)	(50)	(61)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.456	693	(147)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(31)	(50)	(11)
Inversões líquidas no intangível	(1.092)	(1.316)	(125)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.123)	(1.366)	(136)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Lucros pagos	(50)	(61)	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(50)	(61)	(6)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	283	(734)	(289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	337	1.354	1.643
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	620	620	1.354

A DIRETORIA REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade") fundada em 30 de setembro de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2020. A sociedade está sediada no município de Salvador, estado da Bahia, e foi registrada na Receita Federal do Brasil em 04 de novembro de 2020.

Tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a análise de crédito para terceiros; a cobrança de crédito de terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. As demonstrações estão apresentadas em conformidade com a resolução do BACEN nº 02/2020, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. A seguir as normas aprovadas aplicáveis a instituição:

- Resolução nº 3.566/08 Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 (R2));
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento baseado em ações (CPC 10 (R1));
- Resolução nº 4.007/11 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

- Resolução nº 4.524/16 Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais e operações de hedge de variação cambial (CPC 2 (R2));
- Resolução nº 4.534/16 Ativo intangível e ativo diferido (CPC 4 (R1));
- Resolução nº 4.535/16 Ativo imobilizado de uso (CPC 27);
- Resolução nº 4.748/19 Mensuração do valor justo (CPC 46); e,
- Resolução nº 4.877/20 Benefícios a empregados (CPC 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade que autorizou a emissão em 21 de março de 2023.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais - R\$ -, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de diversas estimativas contábeis e o julgamento da Administração, que afeta a aplicação das políticas contábeis e o valor reportado dos ativos, passivos, receita e despesas.

No caso específico destas demonstrações contábeis, o principal julgamento é quanto ao efetivo recebimento dos valores registrados na forma de operações de crédito.

Apesar dos esforços da administração de revisar de maneira periódica e tempestiva suas estimativas, a liquidação final de transações baseadas nessas estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos inicialmente apontados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

c) Descrição das práticas contábeis

c.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, e depósitos bancários. Sua composição é apresentada na nota explicativa nº 3.

c.2) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (iii) Títulos disponíveis para venda títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Operações de Crédito

As carteiras de créditos da Sociedade são em sua totalidade de operações de crédito, demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados nos contratos celebrados entre a Sociedade e os seus clientes, calculados pro rata dia até a data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em oito níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	Α
De 15 a 30 dias	В
De 31 a 60 dias	С
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	Н

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão, e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

c.3) Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado de uso - É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados; e 10% para as demais contas.

Intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. Está representado por Software, amortizado à taxa anual de 20%.

c.4) Redução do valor recuperável - ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme Resolução 3.566/08 do CMN que determinou a observância do CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Administração não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização.

c.5) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas informações financeiras conforme a Resolução 3.823/09, do BACEN, que determinou a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Companhia.

c.6) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

c.7) Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

c.8) Receitas, despesas operacionais e custos financeiros

Receitas: A Sociedade reconhece, as seguintes receitas:

- Receitas de Intermediação Financeira correspondentes aos juros cobrados nas operações de crédito ativas, rendimento de aplicações financeiras e valorização dos títulos para negociação; e
- Receitas Operacionais correspondentes a Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC);
- Outras receitas operacionais correspondente basicamente as cessões de créditos, resultado positivo ou negativo apurado nas negociações de suas operações de crédito junto a terceiros (FIDC);
- Despesas Administrativas As mais significativas são:
 - ✓ Despesas com pessoal salários e benefícios pagos a empregados. Todas as despesas são de curto prazo e não há despesas com incentivos de longo prazo. Despesas com pessoal são reconhecidas através de provisões;
 - ✓ Despesas com processamento de dados despesas com o parque tecnológico da Companhia;
 - ✓ **Despesas com Serviços de Terceiros** decorrentes da tomada de serviços de terceiros de diversas naturezas envolvidas na Administração e prestação do serviço; e
 - ✓ **Despesas tributárias** decorrentes do recolhimento de impostos diversos incidentes sobre a operação.

c.9) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Sociedade é optante pelo Regime de Tributação de Lucro Real, e neste segundo semestre, não constituiu ativos tributários diferidos decorrentes do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

c.10) Contribuições a recolher

A contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas brutas, ajustadas pelas deduções e exclusões autorizadas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo.

c.11) Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disso, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve resultados não recorrentes.

c.12) Ajuste ao valor de mercado

O ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado com base em cotações de preços e agentes do mercado e em modelos de avaliação de preços usualmente adotados pelas instituições financeiras e suas associações representativas. Assim, quando da liquidação financeira desses itens, os resultados poderão ser diferentes das estimativas.

c.13) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A proposta de distribuição da Administração do Banco considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo é registrada como passivo, por ser obrigação legal prevista no Estatuto Social.

3. Disponibilidades - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional		
Banco Santander S.A.	50	3
Banco Bradesco S.A.	16	48
Reservas Livres - S.T.R Banco Central	554	1.303
Total de caixa e equivalentes de caixa	620	1.354

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

4. Instrumentos financeiros

4.1. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para Negociação", conforme abaixo:

		31/12/2022		31/12/2021	
	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante Carteira própria	·	7	2 2	168	168
Invest Fácil Bradesco	Sem				
Cotas de Fundos	Vencimento Sem		1	71	71
Referenciado	Vencimento	1	11	97	97
Total	_	7	2 2	168	168

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidas rendas dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 2 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021).

4.2. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

5. Instrumentos Financeiros - Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito:

	31/12/2022		
	<u>Empréstimos</u>	% da carteira	
Pessoas Físicas/ Jurídicas	376	100,00%	
Total	376	100,00%	
	31/12/2021 Empréstimos	% da carteira	
Pessoas Físicas/ Jurídicas	77	100,00%	
Total	77	100,00%	

31/12/2022

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

b) Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco:

Em 31/12/2022

		Ativo Circulante				
Nível / Percen	tual de Risco	Empréstimos	Provisões	Total Líquido		
AA	0,00%	116	-	116		
Α	0,50%	224	(1)	223		
В	1,00%	17	-	17		
D	10,00%	21	(2)	19		
G	70,00%	3	(2)	1		
Н	100,00%	34	(34)	<u>-</u>		
Total Geral		415	(39)	376		

Em 31/12/2021

		Ativo Circulante			
Nível / Percen	tual de Risco	Empréstimos	Provisões	Total Líquido	
AA	0,00%	-	-	-	
Α	0,50%	67	-	67	
В	1,00%	9	-	9	
C	3,00%	-	-	-	
D	10,00%	1	-	1	
E	30,00%	-	-	-	
F	50,00%	-	-	-	
G	70,00%	-	-	-	
Н	100,00%	<u> </u>	-	<u>-</u>	
Total Geral		77	-	77	

6. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Diversos		_
Impostos e contribuições a compensar	9	38
Adiantamentos e antecipações salariais	4	3
Devedores diversos País	20	9
Tokio Marine Seguradora	15_	<u>-</u>
Total	48	50

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Mobiliário	10%	31	(1)	30	-
Equipamento de Processamento de Dados	20%	30	(6)	24	10
Total		61	(7)	54	10

8. Intangível

	Taxa de Amortização	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Software	20%	21	(7)	14	19
Gerados internamente - Projeto I	-	1.419		1.419	104
Total		1.440	(7)	1.434	123

9. Outros passivos

9.1) Cobrança, arrecadação de Tributos e assemelhados

	31/12/2022	31/12/2021
IOF a recolher	71	61
Total	71	61

9.2) Sociais e estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos	122	11
Total	122	11

9.3) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre lucros	205	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	2
Impostos e contribuições sobre salários	14	9
Cofins a recolher	51	15
Pis a recolher	11	3
ISS a recolher	17	3
Total	300	32

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

9.4) Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de pessoal	8	8
Outras despesas administrativas	7	6
Outros pagamentos	29	4
Credores diversos País	-	5
Total	44	23

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.600, e está representado por 1.600.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

A Sociedade foi constituída com capital social de R\$ 1.600, atendendo aos limites de capital mínimo exigidos pelo Bacen.

10.2. Destinações do lucro

O estatuto social determina que do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social;
- b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 25%;
- c) O saldo, se houver, após as deduções acima serão destinados à reservas estatutárias, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: (i) absorção do prejuízo, sempre que necessário; (ii) distribuição de dividendos a qualquer momento; (iii) aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 foi destinado o saldo de lucros acumulados para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 68 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021); para reserva legal no montante de R\$ 14 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021); e, para reservas especiais de lucros o montante de R\$ 205 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

11. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN n° 3.750/09 e do Pronunciamento Técnico CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas. A Companhia não possui operações com partes relacionadas.

Remuneração do pessal chave da administração

O pessoal chave da administração está representada pelos diretores, cujo a remuneração paga ou a pagar por seus serviços está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal chave administração	144	103
Total	144	103

12. Receita de intermediação financeira

Receitas de intermediação financeira

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	183	354	152
Rendas de operações com TVM	-	2	7
	183	356	159

Despesas de intermediação financeira

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27)	(39)	(1)
	(27)	(39)	(1)
Resultado bruto da intermediação			
financeira	156	317	158

As rendas de operações de crédito correspondem aos juros cobrados nas operações de crédito efetuadas pela Sociedade.

13. Receita de prestação de serviços

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Tarifa com Abertura de Crédito - TAC	561	1.010	309
Transferência Eletrônica Disponível - TED	6	12	<u> </u>
	567	1.022	309

A receita de prestação de serviço, refere-se a tarifas de abertura de crédito que correspondem ao valor único cobrado pela Sociedade na abertura de uma operação de crédito.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

14. Despesa de pessoal

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Honorários da Diretoria	(71)	(132)	(11)
Proventos	(108)	(209)	(180)
Benefícios	(25)	(42)	(19)
Encargos sociais	(50)	(93)	(51)
Treinamentos	(18)	(28)	(5)
Estagiários	(9)	(18)	
	(281)	(522)	(266)

15. Outras despesas administrativas

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Com processamento de dados	(253)	(755)	(295)
Com serviços técnicos especializados	(187)	(271)	(424)
Serviços do sistema financeiro	(185)	(245)	(9)
Outras despesas administrativas	(157)	(236)	(48)
	(782)	(1.507)	(776)

As despesas com serviços técnicos especializados e com processamento de dados, correspondem a prestadores diversos necessários para a prestação do serviço e administração da Sociedade.

16. Outras receitas operacionais

	2°-SEM-22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros com operações de crédito	792	1.451	806
Outras receitas operacionais	330	333	
	1.122	1.784	806

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

Demonstrativo do cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre lucros:

31/12/2022		2022	31/12/202	
Apuração de IR/CS	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o	770	770		
lucro			58	58
Lucro Real	770	770	59	59
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	10	10	2	2
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	39	39	1	1
Base de Cálculo	819	819	61	61
Encargos de IR 15% e CS 9%	(123)	(74)	(9)	(5)
Adicional 10% IR	(58)			
Despesas com IRPJ e CSLL correntes	(181)	(74)	(9)	(5)

18. Estrutura de gerenciamento de risco

As Sociedades de Crédito Direto - SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

19. Contingência

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2022 havia processo considerado como risco de perda possível no valor de R\$ 40 mil. (Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

20. Eventos subsequentes

Em 09 de fevereiro de 2023 foi encaminhado ao Banco Central (Bacen) uma solicitação de autorização de aumento de capital no montante de R\$1.600.000. Até emissão dessas demonstrações contábeis a instituição não havia obtido o retorno do Banco central.

A Companhia é uma empresa nova e não possui processos que possam ser afetados pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, em conjunto com seus assessores juridicos o como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 - Eventos Subsequentes, não possui ações sujeitas aos impactos da decisão do STF, conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

* * *

A Diretoria

Reinaldo Dantas Contador CRC-1SP 110330/O-6